

Teologia e Literatura Bíblica - Introdução a uma Nova Teologia Bíblica

*Anderson de Oliveira Lima**

Resumo

Este artigo foi produzido para estudantes de teologia que começam a compreender seu papel como cientistas cujos pressupostos de fé são determinantes para sua atividade. Além de apresentarmos uma introdução ao pensamento teológico, nos ocupamos com o lugar que a literatura bíblica pode assumir como fonte de reflexão teológica na atualidade, discutindo novas abordagens bíblicas que forçam estes estudantes a lidar de maneira mais madura com seus textos.

Palavras-Chave: Teologia; Fé e Ciência; Bíblia como Literatura; Bibliologia; Teologia Bíblica.

Abstract

This article was produced for theology students who begin to understand their role as scientists whose faith assumptions are crucial for its activity. Besides presenting an introduction to theological thought, we are concerned with the place that can take the biblical literature as a source of theological reflection today, discussing new approaches to biblical that force these students to deal with these texts in a more mature way.

Key words: Theology, Faith and Science, Bible as Literature, Bibliology, Biblical Theology.

Introdução

* O autor é doutorando e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, Brasil, especialista em Bíblia (Lato Sensu) pela mesma Universidade, e bacharel em música erudita pela Universidade Cruzeiro do Sul também de São Paulo. Autor de *Introdução à Exegese: Um Guia Contemporâneo para a Interpretação de Textos Bíblicos*, publicado em 2012 pela Fonte Editorial. Este artigo foi produzido com apoio financeiro do CNPq. <http://lattes.cnpq.br/0893915454622475>.

Peço licença ao leitor para iniciar este artigo de maneira bem pessoal, escrevendo esta introdução em primeira pessoa e relatando alguns fatos de minha própria biografia. Apesar disso, meu artigo não se trata de simples confissões pessoais, antes, é minha expectativa encontrar leitores que se identifiquem com meus caminhos e, conseqüentemente, com minhas propostas.

Inicialmente gostaria de tornar conhecido o fato de que como estudioso da religião, passei algum tempo num seminário teológico de confissão evangélica, até que me voltei definitivamente para aquilo que realmente chamava minha atenção, que é a literatura bíblica, e embora esse objeto de pesquisa possa servir a outras áreas do conhecimento como à história antiga, à literatura clássica, à sociologia, antropologia etc, não dá para negar que a Bíblia é para a nossa cultura essencialmente um livro religioso. Assim, biblistas como eu sempre estarão amarrados ao estudo da religião, mesmo quando são outras as ênfases de suas leituras. Quer dizer que estou ciente de que como profissional, terei toda a carreira ligada direta ou indiretamente a públicos religiosos, especialmente se atuo em faculdades de teologia. Este é um destino que não me assusta, mas que exige constante reflexão teórica, para que minhas abordagens literárias ou históricas e o cientificismo da minha linguagem continuem se mostrando relevantes ao meu público.

Diante das constatações feitas sobre meu próprio lugar de atuação, me ponho a pensar a respeito desse campo do conhecimento no qual tenho me inserido, que é a teologia. As páginas que escrevo aqui de maneira bastante pessoal e objetiva, querem dar início a uma reflexão sobre a teologia como área do conhecimento acadêmico, temática nada original, e sobre o lugar da literatura bíblica, minha especialidade, nesta disciplina. Sem grandes pretensões, espero oferecer uma espécie de introdução ao pensamento teológico útil a todos os interessados na teologia, mas que esteja voltada para minha própria área de atuação, situando o estudo acadêmico da literatura bíblica dentro deste amplo ramo do conhecimento científico contemporâneo.

Primeiras Definições

Não julgamos ser capaz de se iniciar qualquer reflexão sobre a teologia sem que a atenção se desvie nalgum momento para a formação paradoxal da própria palavra

“teologia”. Mesmo olhando-a assim, a grosso modo, é fácil notar a que paradoxo me refiro. A “teologia” amarra os substantivos gregos *theos* (Deus) e *logia*, e este último pode ser entendido neste contexto como “discurso”. Ou seja, “teologia” é o resultado da reflexão humana sobre Deus; ou ainda, o estudo do discurso humano sobre as coisas religiosas. Desta breve observação etimológica notamos, pelo uso do idioma grego e pelo uso de “Deus” no singular, que tal definição teve origem no ocidente cristão, onde a racionalidade grega e o monoteísmo cristão reinam há muitos séculos.

Tomás de Aquino, um dos pais da teologia como campo do conhecimento acadêmico, nos deixou as seguintes palavras: “A doutrina sagrada trata de Deus e das coisas enquanto se referem a Deus” (Passos, 2011, p. 14-15). Aí temos um primeiro motivo para a reflexão: a chamada “doutrina sagrada” que trata de Deus não pode mais ser diretamente considerada teologia. Acontece que a(s) divindade(s), o “sagrado”, o transcendental, não pode ser objeto de estudo acadêmico. Não se pode colocar um Deus nos microscópios ou em nossas mesas para dissecá-lo e compreendê-lo em termos científicos. A própria definição do que é “sagrado” depende acima de tudo de julgamentos humanos, o que faz dele um objeto de estudo da antropologia. Então, a teologia não pode e nem poderá jamais se considerar uma ciência que estuda Deus; a “doutrina sagrada” de Tomás de Aquino não é necessariamente sagrada para o cientista, que precisa se debruçar sobre este “sagrado” como quem não crê, para que seus juízos possam ser considerados válidos para a academia.

Então, fiquemos provisoriamente com a definição anterior, a de que teologia é o estudo do discurso humano sobre as coisas de Deus. Compreendendo a teologia sobre esta ótica, o estudioso que inicia um curso de teologia deve ficar sabendo que ao longo de sua trajetória universitária não conhecerá Deus de nenhuma maneira mais “profunda” do que aquela que porventura julgava conhecer antes; a religiosidade continuará a ser individual e em grande parte dependente das experiências religiosas de cada indivíduo. Mas se é assim, em que nos ajuda a teologia? Como separar devidamente nossas próprias convicções religiosas do conhecimento teológico que precisa assumir ares acadêmicos e sincréticos?

A Teologia e os Dogmas

É verdade que são raras as pessoas que se dedicam seriamente ao estudo da religião e que não tenham tido, ao menos no início de suas carreiras, uma ligação pessoal com alguma forma de religiosidade. Também é verdade que em nossos dias já não se acredita na possibilidade de separar completamente os julgamentos pessoais do pensamento científico; isto é, nossas posições sempre influenciam de alguma forma nossa ciência, e não há método que seja capaz de nos conduzir à pura objetividade, embora o rigor metodológico seja útil neste sentido. Com isso, é necessário admitir que nossas opções religiosas irão continuar presentes (e em transição) em nossa carreira teológica, ainda que essas crenças não sejam explicitadas. Mas esse fato precisa ser bem considerado, pois há detalhes que diferenciam as abordagens dos “crentes” daquelas dos “cientistas que creem”.

Se como teólogos afirmamos que o direito de falar das coisas relacionadas à fé já não é exclusividade das instituições religiosas, precisamos entender também em que nosso discurso pode acrescentar àqueles que as igrejas já oferecem. Para isso, é preciso diferenciar aquilo que chamamos de teologia, dos tradicionais dogmas religiosos.

Toda forma de religiosidade desenvolve, ao passo que se institucionaliza a fim de sobreviver, seus próprios dogmas. Eles são os pontos considerados centrais para aquele tipo de crença, como o monoteísmo para o judaísmo, a divindade de Jesus Cristo para o cristianismo, e a crença na reencarnação para o espiritismo kardecista. Os dogmas são considerados indiscutíveis no interior das instituições religiosas, são anunciados como verdades absolutas, e se espera que todo seguidor daquela forma de religiosidade os aceite e se possível, divulgue. O dogmatismo, como podemos testemunhar facilmente, é uma busca ideológica pelo consenso a respeito das verdades assumidas por grupos religiosos, o que facilmente se transforma em instrumento de poder e manipulação, em leis sob as quais as pessoas podem ser avaliadas, julgadas, consideradas heréticas ou santas. Contudo, o discurso teológico não pode lidar dessa maneira com os dogmas. Quando a teologia reivindica o status de conhecimento acadêmico deve assumir com esse status os pressupostos mais caros à cientificidade acadêmica, tais como o direito de pesquisar e pensar de forma autônoma, que é contrário à defesa e imposição de todo tipo de dogma.

Claro que o teólogo, como ser humano, pode aceitar certos dogmas para si mesmo, entretanto, não poderá deixar que seu discurso como teólogo seja determinado

por seus dogmas pessoais. Os dogmas (e os poucos exemplos oferecidos já o demonstram) estão entre aqueles elementos próprios da fé, que nascem da reflexão da religião a partir de si mesma, e que buscam se impor geração após geração sem a devida contextualização, mas apoiando-se na força da tradição e das “autoridades” por ela constituídas. Logo se nota que dogmas são inacessíveis à avaliação dos métodos científicos, e que não podem conviver no espaço acadêmico onde o ideal da racionalidade autônoma prevalece.

Fazer essa separação entre o a fé e a ciência tem sido o grande desafio da teologia como área do conhecimento acadêmico, em especial nas faculdades de teologia que se vinculam a alguma religião institucionalizada. Por isso este tipo de reflexão se faz tão necessário especialmente aos teólogos que estão vinculados a alguma forma de religiosidade ou a instituições confessionais. Deixar de refletir sobre o tema pode trazer consequência graves ao estudante de teologia. Muitos teólogos confessionais veem sua carreira limitada ao círculo de fé de onde saíram, incapazes de produzir qualquer reflexão aceitável para o mundo científico, e acabam se perguntando se era realmente necessário dedicar seus anos ao estudo teológico, já que os únicos conhecimentos que lhe são exigidos são aqueles próprios da “igreja”.

Não tenho nenhuma intenção de diminuir o valor das instituições religiosas com tais palavras; apenas quero demonstrar que para os teólogos, como grupo bem específico de cientistas que pesquisam fenômenos religiosos e pensam sobre o mundo em que vivem a partir do diálogo entre fé e razão, é fundamental se posicionar conscientemente diante da academia de das instituições religiosas. Cada uma deve exercer seu papel na sociedade com competência, e o teólogo pode ser um dos poucos seres capazes de transitar entre os dois campos e de atuar positivamente em ambos. Se o teólogo é parte de alguma instituição religiosa, ali se ocupará das experiências de fé, se dedicará à formação do indivíduo “espiritual”, da prática ritual, das experiências místicas, e ajudará tal instituição a não se fechar em si mesma até o ponto de se encontrar completamente irrelevante. Mas seu discurso também deve contribuir com o conhecimento humano e para todos os públicos, deve estar adequado à linguagem acadêmica, interagindo com as teorias contemporâneas, fazendo uso consciente e competente dos métodos, e deve se ocupar da formação de cidadãos, do aperfeiçoamento da sociedade de forma geral. Nas palavras de João Décio Passos:

[...] a teologia só pode ser legítima dentro de qualquer academia se se mostrar teórica e metodologicamente relevante para a compreensão da realidade e para a educação do cidadão e do futuro profissional. Do contrário, reproduzirá a postura equivocadamente instituída de “coisa de igreja”. (2011, p. 12)

Em vez de defender seus dogmas pessoais, o teólogo assume em seu discurso o dever de ser sincrético e ecumênico como seu público. O elemento religioso, é claro, continuará presente neste discurso, mas de maneira autônoma, isto é, independente dos dogmas estabelecidos, o teólogo transformará a leitura religiosa da realidade em conhecimento científico, e assim poderá demonstrar como os princípios éticos oriundos dessa reflexão teológica podem contribuir com a sociedade. Aquela definição provisória que demos à teologia (o estudo do discurso humano sobre as coisas de Deus) pode, agora, receber algum aperfeiçoamento. Fazer teologia é sim conceber uma leitura crítica das ideias que se tem sobre Deus, elaborar racionalmente o conhecimento religioso, não vendo estas ideias simplesmente como fenômenos sociais ou antropológicos, mas como potenciais motivações para se construir propostas que integrem na vida cotidiana as esperanças e os princípios éticos recebidos da fé, e para a atuação benéfica e relevante sobre a realidade social.

O Ideal “Sujeito Teológico”

A fim de aprofundar os conceitos anteriormente expostos sobre a teologia e seu lugar no ambiente acadêmico e religioso, seguiremos desenvolvendo o tema a partir de um novo modo de ver. Procuraremos definir o “Sujeito Teológico”, que é um sujeito ideal e imaginário, que possui as principais virtudes que defendemos; ele será construído a partir da comparação didática com outros sujeitos estereotipados que criamos, o “Sujeito Religioso” e o “Sujeito Científico”. Tais personagens são fictícios, representam posições extremas, baseadas na união de características observáveis individualmente em sujeitos concretos. Por incluírem em suas descrições virtudes e defeitos presentes nos diferentes grupos sociais que observamos e para os quais atuamos, estes “sujeitos” podem nos ajudar a refletir sobre o posicionamento do teólogo no mundo atual, nos levando à reflexão construtiva.

O Sujeito Religioso: Começamos definindo o “Sujeito Religioso” como aquele que usa a fé para interpretar o mundo. O “Sujeito Religioso” é fundamentalista, assume como verdades inquestionáveis os elementos de fé que assimilou, e julga tudo o que o cerca a partir de seus próprios dogmas. Como não podia deixar de ser, o “Sujeito Religioso” não está aberto ao diálogo quando qualquer de seus dogmas religiosos é questionado, e embora saibamos que tais dogmas são aceitos pela fé e estabelecidos pela autoridade religiosa, para este sujeito eles possuem mais valor ou são mais seguros do que qualquer resultado da aplicação de métodos científicos empíricos. Como resultado, o “Sujeito Religioso” vive em constante conflito com a racionalidade científica, que sempre está em transição ao oferecer novas formas de entender o mundo.

Dentre os muitos elementos negativos que resultam da postura fundamentalista, poderíamos destacar algumas que estão bem presentes em nosso cotidiano. Por exemplo, o “Sujeito Religioso” constrói sua identidade criando fronteiras imaginárias os homens, cria grupos antagônicos baseados principalmente na opção religiosa de cada um, e isso pode acabar por autorizar conflitos entre o “nós” e o “eles”. Muitas “guerras santas” tiveram seus reais interesses mascarados religiosamente, e mesmo quando a violência não é uma opção, a discriminação, a intolerância e o desrespeito para com as diferenças pode ser uma realidade. Assim, o “Sujeito Religioso” costuma rotular os grupos sociais, geralmente dividindo o mundo em duas partes, a dos “santos” e a dos “pecadores”, a dos “irmãos” e a dos “mundanos”, a dos “filhos de Deus” e a dos “filhos do Maligno”... Tudo isso reflete uma visão limitada do mundo, uma leitura condicionada pelo dogma que resulta no desconhecimento do outro.

Além de dividir a espécie humana em duas partes, também podemos constatar que o “Sujeito Religioso” mantém essa ótica dualista de mundo (céu e terra, bem e mal), em outras instâncias da vida. Para alguns deles, a terra é um terreno tenebroso, amaldiçoado, destinado à destruição. Não surpreende que para os tais, toda a materialidade é tratada com desprezo, e que o “Sujeito Religioso” negligencie seu papel na preservação da natureza, sua responsabilidade na ordem política, sua importância no âmbito social. Estes “desajustes” não são para ele meramente resultados da ação humana irresponsável, mas efeitos irreparáveis da criação, e a solução para tais desajustes está na expectativa de intervenções divinas, e isso em termos bem

mitológicos. Se para esse tipo extremo de “Sujeito Religioso” a ordem problemática do mundo não é um problema cuja solução necessite de sua participação, é claro que outros desajustes sociais também ganham legitimação religiosa, e que os tais resistem às mudanças. Assim, a fé mantém sistemas opressivos, incentiva a hierarquização humana, a desigualdade socioeconômica, o machismo, a repressão contra a liberdade filosófica...

Como já dissemos, nosso personagem chamado “Sujeito Religioso” reflete uma leitura extrema que fazemos de sujeitos concretos que usam os dogmas religiosos como critério para interpretar o mundo. O que importa é afirmar que esta posição, mesmo que não assumida de maneira tão radical, não é a que consideramos ideal para o “Sujeito Teológico” que procuramos formar. O discurso do sujeito religioso é abrangente para o fiel em termos cosmológicos, porém ineficaz em seus efeitos práticos e na sua influência externa. Sua fundamentação religiosa e resistência injustificada para com a racionalidade científica é vista como postura antiquada, como elemento limitador para sua visão de mundo, e com efeito, tal discurso possui alcance restrito, fica preso ao círculo de uma mesma confissão religiosa, e produz poucos resultados para além do indivíduo e seu grupo mais íntimo.

O Sujeito Científico: Em radical oposição ao anterior, o “Sujeito Científico” ou racional é aquele que assume a ciência e seus métodos como elemento capaz de explicar o mundo. A sua suposta racionalidade empírica, todavia, resulta numa forma invertida de fundamentalismo, onde a “ciência” assume mesmo poderes sobrenaturais e concentra todas as esperanças do indivíduo. O não reconhecimento das limitações inerentes à racionalidade científica é também uma forma de dogmatismo, tão cega quanto qualquer fanatismo religioso, pois o cientista contemporâneo deve saber das limitações dos seus métodos, da subjetividade das suas escolhas e leituras, e da transitoriedade dos resultados da sua ciência.

Como acontece com o “Sujeito Religioso”, o “Sujeito Científico” acaba rotulando os seres humanos. A princípio, podemos supor que seu critério de avaliação seja o conhecimento, todavia, em muitos casos a opção religiosa é o elemento utilizado para tal classificação. Desta maneira, pode o “Sujeito Científico” agir de maneira contrária à sua racionalidade ao considerar o indivíduo religioso sempre um ignorante,

antiquado, infantil... Portanto, a racionalidade desse tipo não é capaz de pôr fim aos preconceitos e às falsas fronteiras que dividem a humanidade em nosso imaginário.

Além do que já foi dito, o “Sujeito Científico” pode ser caracterizado pelo pragmatismo que condiciona suas ações. Ou seja, todo seu empenho está baseado na necessidade, na demanda, e sua ciência como instrumento para ler o mundo acaba servindo como um facilitador para nossa cultura de consumo. O “Sujeito Científico” emprega seu tempo e pesquisa tendo em vistas o resultado prático e lucrativo, e a religião naturalmente será um produto cultural de importância relativa. Não é fácil notar que em todo esse processo produtivo existe uma carência de fundamentação ética, a qual é substituída por leis e ameaças, cujos resultados em nossa sociedade já demonstram sua insuficiência. Mesmo assim, o “Sujeito Científico” continua acreditando na racionalidade, na sociedade perfeita que é construída por meio da democracia e de códigos legais mais abrangentes. Se o sistema não funciona, a culpa é dos seres “não racionais”, que votam por motivos religiosos, que por ignorância não entendem nem obedecem as normas estabelecidas.

Sem dúvida, o discurso do “Sujeito Científico” parece mais atual, porém, ainda se mostra inocente quando não sabe reconhecer sua insuficiente e não é capaz de reconhecer o valor de explicações alternativas para a existência. Por mais atualizado que seja cientificamente, ele continuará sem respostas para antigas crises existenciais dos seres humanos, e naturalmente, essa lacuna continuará sendo preenchida pela mitologia, linguagem que continua sendo de domínio religioso.

O Sujeito Teológico: Diferente dos outros sujeitos descritos, o “Sujeito Teológico”, que não precisa necessariamente ser um teólogo, é aquele que sabe articular o conhecimento religioso e científico, tirando de ambos os elementos necessários para interpretar o mundo. Noutras palavras, ele é alguém que assume a racionalidade científica e suas explicações, mas que não considera isso um empecilho para a fé que é necessariamente não empírica.

Pode parecer estranho, mas o “Sujeito Teológico” é capaz de assumir Deus como uma hipótese plausível, como o elemento capaz de explicar o que não pode ser explicado cientificamente. Porém suas definições religiosas não admitem dogmatismos.

Por estar em conformidade com a evolução da racionalidade científica, o “Sujeito Teológico” entende que por vezes é necessário reformular sua hipótese religiosa, conformando sua fé às conclusões científicas que lhe parecem seguras. Logo se vê que o “Sujeito Teológico” não é necessariamente um indivíduo religioso, embora possa se manter participante de atividades rituais. Diferente dos outros sujeitos fundamentalistas que descrevemos, o “Sujeito Teológico” está consciente das limitações de seu conhecimento, da transitoriedade de seus pressupostos, e assim se transforma em alguém mais tolerante, que não julga necessário “converter” o outro às suas hipóteses.

Outra virtude do “Sujeito Teológico” é que ele, por não fazer da religião o fim último de sua ação no mundo, atua de maneira mais eficaz sobre a realidade do que o “Sujeito Religioso”. Todavia, diferente do “Sujeito Científico” que se caracteriza por um pragmatismo consumista, o elemento religioso lhe oferece padrões éticos que o envolvem numa missão de caráter mais humano, permeada por valores que só se justificam através da fé. O “Sujeito Teológico” se torna, dentre os três estereótipos criados, o mais eficaz quando pensamos em temas como o da “consciência ecológica”, quando empreendemos ações sociais que visam alcançar o próximo em sua integralidade, ou quando falamos de verdadeiro ecumenismo.

O discurso do “Sujeito Teológico”, por conta de tudo o que já dissemos, é o mais maleável. Este sujeito é capaz de dialogar com competência dentro dos meios acadêmicos, pois valoriza a educação formal e pode possuir as competências adquiridas nas instituições de ensino, mas ele não deixa de ser relevante nos círculos religiosos, onde pode se transformar no grande responsável pela transformação social.

O Texto Bíblico como Fonte de Reflexão Teológica

A partir daqui, toda a discussão anterior será empregada na avaliação da literatura bíblica, que é o objeto de estudo que escolhi aqui para usar como ponto de partida para a reflexão teológica. Por hora, devo ressaltar a relevância dessa escolha, e para isso, tenho de imediato que pôr em prática os pressupostos discutidos acima para que não venha a me encontrar justificando o uso do texto bíblico a partir de argumentos dogmáticos. Quero dizer, que se estou me voltando para a literatura bíblica, elemento tão amarrado à religiosidade pelo uso comum, não é por considerá-la escritura sagrada,

livro cuja composição foi divinamente inspirada. Esses atributos comumente empregados para definir a Bíblia são essencialmente dogmáticos, mas é evidente que não é possível observar a sacralidade de qualquer livro, nem testar sob qualquer critério a sua suposta inspiração divina;¹ o que nos resta é um livro, ou melhor dizendo, uma coleção de livros antigos que aos olhos acadêmicos possui outras virtudes.

A abordagem que pretendo fazer da Bíblia se pauta no valor desse conjunto literário como patrimônio cultural da humanidade. Apesar da longa discussão que seria possível sobre a origem de cada um desses textos e do processo de aceitação que os levou à canonização, a verdade é que por meio do catolicismo romano (e do judaísmo em menor grau) a cultura ocidental de modo geral, e a brasileira mais especificamente, foi marcada por esta literatura de maneira indelével. A presença da tradição bíblica pode ser notada não apenas em muitas formas de religiosidades modernas, mas nas artes plásticas, na música, no cinema, na literatura, e até na própria maneira com a qual a ciência, se opondo ao domínio da fé dogmática ao longo de toda a Idade Média, formatou seus discursos racionais. Nosso imaginário religioso e as nossas leituras do mundo possuem marcas oriundas dos textos bíblicos, e isso independe de nossas confissões de fé. Também os códigos de relacionamentos sociais que tacitamente assimilamos foram muito motivados pelos padrões de moralidade inspirados na literatura bíblica. Assim, ao passo que nos ambientes eclesiásticos o uso da Bíblia seja essencialmente religioso e moralizador, estudar a Bíblia fora da igreja e a partir de pressupostos não (somente) religioso pode se mostrar um exercício apaixonante, que nos emerge nos fundamentos da cultura ocidental, nos faz refletir sobre nosso modo de vida, e inevitavelmente, nos leva a questionar aquelas formas de religiosidades institucionalizadas que se dizem bíblicamente fundamentadas.

É preciso estar ciente de que a divulgação e a influência da literatura bíblica na nossa cultura sempre estiveram vinculadas às leituras dogmáticas dos cristianismos, e hoje, às releituras feitas a partir dessas abordagens dogmáticas. Com isso, é natural que todos vejam a Bíblia por meio do cristianismo que lhes tocou. Em nossa tarefa, é

¹ É importante que se diga que tal projeto não pretende questionar os fundamentos dogmáticos do cristianismo ou do judaísmo, alegando que sua crença na sacralidade do texto ou na sua inspiração divina sejam tolices. Tal crença, como dogma ou parte do campo próprio da fé, é uma ideia que não se pode comprovar, mas que tampouco se pode desmentir. Aceitar ou não essa proposta dogmática é uma escolha pessoal, que condiciona o relacionamento do leitor com o texto. O caso é que no ambiente acadêmico esta proposta dogmática não pode ser considerada, pelo que seguiremos lidando com a Bíblia apenas a partir de seu valor literário.

preciso primeiro desmistificar o texto bíblico, acostumar-se a se debruçar sobre ele como faríamos diante de qualquer outra literatura, impondo-lhe os mesmos métodos e critérios de avaliação que empregariamos no estudo de qualquer outra forma de literatura. Depois, dessa leitura mais “acadêmica” que religiosa, já podemos buscar as imagens sobre Deus que os textos bíblicos construíram, aproveitando no final a autoridade religiosa que o texto possui em nossa sociedade para que essa literatura, desligada daquelas abordagens dogmáticas e descontextualizadas, nos ofereça imperativos relevantes e de possível aplicação.

Abordando a Bíblia como literatura, o teólogo toma posse de uma linguagem capaz de ser fazer relevante e inteligível tanto à cultura cristã que ainda dá forma à nossa sociedade, quanto à academia, que persiste em rejeitar o discurso religioso por seus inevitáveis dogmatismos.² O teólogo que conhece a literatura bíblica, mas que não usa o texto de maneira antiquada ou fundamentalista torna-se indivíduo ativo e influente na sociedade em geral, da qual a religiosidade é parte indispensável, e exerce função importante para o desenvolvimento do pensamento religioso, colocando estes dois polos em diálogo e possibilitando a mútua cooperação entre estas partes nem sempre amigáveis.

Dificuldades para a Abordagem Literária da Bíblia

A Bíblia é uma verdadeira biblioteca composta por dezenas de livros antigos, sacralizados, preservados e divulgados pelo judaísmo e pelo cristianismo. Ela foi o livro mais conhecido e reverenciado da história humana, o que recebeu mais leituras, o que foi traduzido para o maior número de idiomas diferentes, o que foi mais bem preservado dentre todos os textos literários da antiguidade, mas tantos privilégios não a esgotaram nem tornaram simples a tarefa do leitor moderno. Nesta seção, quero abordar de maneira breve algumas das dificuldades com as quais teremos que lidar antes de lermos a Bíblia para fazer nossa teologia.

² Existe no Brasil um número limitado de publicações sobre a abordagem literária da Bíblia, porém são de grande valor, e cuja leitura recomendamos. Consulte as referências bibliográficas para saber mais sobre importantes títulos como *A Arte da Narrativa Bíblica* de Roberta Alter (2007), *Bíblia, Literatura e Linguagem* de Júlio Zabatiero e João Leonel (2011) *Para Ler as Narrativas Bíblicas* de Daniel Marguerat e Yvan Bourquin (2009), além dos títulos de Gabel e Wheeler (2003), Northrop Frye (2004), e o nosso *Introdução à Exegese* de 2012.

Talvez as mais evidentes dificuldades com as quais todo leitor da Bíblia precisa lidar hoje são aquelas resultantes da distância temporal que nos separa da origem dos textos, o que amplifica a sempre presente limitação da linguagem humana. Todo ato de comunicação escrita já possui, por natureza, limitações.³ Um exemplo comum pode ser o de que qualquer palavra, como “árvore”, por exemplo, é apenas um signo linguístico que nada tem a ver com o objeto que pretende representar. Na palavra escrita há apenas uma coleção de traços, os quais formam letras, e que por fim formam palavras. Temos antes de mais nada que entender as letras, a caligrafia, conhecer os códigos, ter algum conhecimento do idioma empregado. Isso já pode ser um desafio nalguns casos, mas mesmo que o superemos com tranquilidade, ainda temos que superar outros.

A palavra “árvores” em si não possui nenhuma relação direta com o objeto árvore. Ela não nos lembra a forma de uma árvore, o som da sua pronúncia também não nos remete a nenhuma árvore, e daí notamos que para saber que tal ajuntamento de letras se refere a uma árvore, dependemos de uma convenção cultural. Ou seja, alguém simplesmente determinou por razões desconhecidas, que este conjunto de letras e sons, quando empregados, se referem a uma árvore.

Mas isso pode ir mais longe ainda; podemos nos perguntar a que tipo de árvore o signo linguístico se refere. Há muitas espécies de árvores no mundo, mas esta simples palavra não é capaz de especificar a que tipo o autor ou enunciador se referia. Assim, como leitores, ao ler a palavra imediatamente construímos em nossa mente uma árvore imaginária, inspirada em nossas próprias experiências com árvores. Alguns vão pensar numa árvore frondosa, com folhagem farta, de um verde vibrante, de formas perfeitas, fixada no ponto mais alto de uma elevação de terra perfeitamente simétrica encoberta por uma bonita capa de grama. Essa imagem pode ter sido vista nalgum filme, numa capa de livro, mas será que é a esse tipo de árvore que a palavra lida pretendia se referir? Outro leitor, que anos antes dessa experiência de leitura teve um carro destruído por uma árvore que caiu durante uma tempestade, pode ler a mesma palavra e imaginar uma árvore bem diferente, imagem que talvez venha seguida por um sentimento de ameaça e não de serenidade. Com tais exemplos, só queremos demonstrar a natural

³ Esta discussão é bastante teórica, e talvez o leitor sinta a necessidade de maior aprofundamento. Em nossa bibliografia, incluímos alguns títulos que podem ser úteis para melhor compreensão dos conceitos da semiótica e da linguística contemporânea, como o de Patrick Charaudeau (2010), o de Lúcia Santaella (1983), o de Décio Pignatari (2004), e o de Santiago García-Jalón (2011), que inclusive já aplica estas teorias à literatura bíblica.

arbitrariedade dos signos linguísticos, afirmando que por mais detalhista que seja um escritor, sempre haverá espaço para a imaginação do leitor, o que produzirá leituras divergentes, criativas, pessoais.

Quando lidamos com a literatura bíblica, as distâncias temporais e topográficas tornam a leitura ainda mais livre das possíveis intencionalidades do texto; isto é, se a palavra “árvore” aparece na Bíblia, nossas criações mentais durante a leitura provavelmente estarão ainda mais longe da realidade que a palavra queria representar, já que nem sempre podemos determinar com precisão a época e o lugar em que o texto surgiu, nem os tipos de árvores que existiam naquela época e lugar. Nestes casos é natural que o leitor vá preenchendo as lacunas, imaginando os cenários, impondo inconscientemente as suas experiências pessoais sobre o texto, ações que inevitavelmente produzem leituras anacrônicas.

Não é por acaso que a Bíblia, embora tão lida, seja o ponto de partida para as mais diferentes leituras, para os mais divergentes dogmas e grupos religiosos, e que seja um campo de discussões e batalhas infundáveis entre eles. Nossas pesquisas podem até amenizar tais problemas, nos oferecendo recriações de mundo que nos permitam interpretar os signos linguísticos a partir de referenciais mais próximos à realidade dos textos, mas mesmo as mais completas pesquisas históricas, sociológicas, arqueológicas etc, serão incapazes de suprimir por completo as dificuldades inerentes à leitura desses antigos documentos.

Aquelas leituras dogmáticas da Bíblia que em nosso contexto acadêmico devem ser evitadas, surgem como resultados naturais da fé, da busca religiosa por respostas num conjunto de livros cujas regras literárias o leitor religioso ignora. A superação de antigos hábitos e conceitos religiosos antiquados que são produtos dessas leituras tradicionais, tais como o machismo e a intolerância religiosa, não pode partir de novas leituras dogmáticas. É impossível convencer o outro através da mera citação de passagens bíblicas. A questão é mais profunda, exige do teólogo a compreensão dos pressupostos que motivam a manutenção daquelas leituras nos círculos religiosos, e a renovação dos seus próprios, a fim de que sua leitura supere em qualidade e atualidade aquela descontextualizada que até hoje se sustentou sob o dogmatismo religioso, e permita que seu discurso adquira o poder de transformar.

A Bíblia de Hoje e sua História

A Bíblia é uma verdadeira biblioteca composta por dezenas de livros antigos, e como acontece com toda fonte literária antiga, sua própria história (a sucessão de tempos e eventos) traz dificuldades e tradições que vão além do próprio texto; falo aqui de particularidades como as da sua preservação, tradução e uso. Abordar essa história é importante para que saibamos tratar de alguns dos fundamentos das leituras dogmáticas e fundamentalistas, como a ideia de que o texto bíblico é como divinamente inspirado, e consequentemente, perfeito. Sob esta ótica os textos bíblicos devem ser coesos, inteligíveis, e ter um enunciado capaz de se comunicar universalmente, isto é, relevante em todas as épocas e culturas. Mas será que tais reivindicações correspondem à história dos textos? Será que a leitura, livre dos condicionantes dogmáticos, confirma essas alegações cristãs sobre a Bíblia?

Permitam que eu fale rapidamente da origem e preservação dos textos bíblicos, partindo da afirmação de que não existem originais desses textos. Por conta de fatores comuns como a própria fragilidade dos materiais utilizados para a escrita (folhas de papiro, pergaminhos, tábuas de argila...), o mundo antigo não nos deixou ter em mãos qualquer carta paulina ou evangelho em sua versão original. Em sua origem, todos os textos bíblicos eram apenas textos, livres do status de “Escritura Sagrada”; eles foram usados normalmente, aprovados pelo uso comum, copiados, reeditados, corrigidos, e com o prestígio que atingiram ao longo deste complexo processo histórico, chegaram a fazer parte do que chamamos de “cânon”. Assim, geralmente reconhecemos intervalos de centenas de anos que separam a autoria de um texto em sua primeira versão, e a sua eleição como texto sagrado.

Um problema inevitável deste processo de canonização é que, antes da canonização de um texto e da exigência para que o mesmo seja preservado e corretamente copiado por profissionais, o prestígio do texto naquele círculo sócio-religioso já havia não apenas destruído o autógrafo, como produzido inúmeras cópias. O processo de cópia manual de um texto neste período legava às gerações futuras várias versões do mesmo texto, que era corrigido, melhorado, abreviado, comentado, ou que recebia erros involuntários mesmo. Assim, desde a canonização, a

busca pela cópia mais próxima do “original” toma seu lugar (Paroschi, 1999). Hoje, há milhares de manuscritos do Novo Testamento diferentes, produzidos ao longo de séculos por copistas de vários lugares, e é simplesmente impossível determinar com precisão qual versão dentre as centenas disponíveis, é a mais fiel à origem. Há muitos pesquisadores que lidam com tais textos, comparando letra por letra, avaliando a qualidade da cópia, o lugar e época de cada manuscrito, e emitindo juízos sobre qual versão deve ser a mais original. Esta tarefa é chamada de “crítica textual”, e é ela quem nos oferece uma versão do Antigo Testamento em língua hebraica (*Bíblia Hebraica Stuttgartensia*, atualmente em sua 4ª edição) e do Novo Testamento em grego koinê (o *Novum Testamentum Graece*, que já em sua 27ª edição), que são eventualmente atualizados e servem como base para as traduções da Bíblia para todos os idiomas modernos.

Chegamos aí a outro problema, que é a tradução do texto bíblico ao português. Sabemos que todo processo de tradução, por mais competente que seja, é incapaz de produzir um texto final que corresponda perfeitamente ao texto inicial; ainda mais quando estamos falando de idiomas tão distantes e diferentes (Lima, 2012, p. 23-25; Wegner, 1998, p. 28-33). Os tradutores da Bíblia tentaram por muitos anos produzir versões que correspondessem ao texto em sua língua nativa, mas além das discordâncias naturais entre estas versões, o resultado deste trabalho mostra-se ineficaz para a grande maioria dos leitores. Algumas Bíblias brasileiras são realmente difíceis de ler, contam com vocabulários pouco usuais, e diminuem o interesse do leitor comum que acaba delegando esta leitura aos “profissionais”, isto é, aos líderes religiosos. A reforma protestante não alterou o dogma cristão que aceita a Bíblia como mensagem divina, mas exigiu o direito de traduzir a Bíblia a qualquer idioma e de tornar os textos acessíveis aos fieis, evitando assim os abusos daqueles que sempre exerceram o papel de intermediários entre Deus e os homens. Todavia, mesmo tendo acesso à Bíblia em português, o fenômeno da “terceirização da fé” não foi extinto, e parte disso se deve à complexidade das traduções brasileiras, e à má formação básica dos leitores.

Atualmente há uma tendência por se produzir novas traduções que aproximam a linguagem do texto bíblico àquela usada pelos leitores. Hoje, por exemplo, os brasileiros raramente conjugam corretamente os verbos em segunda pessoa, e já existem versões que modificaram o texto bíblico no mesmo sentido. Mas esta notícia não é tão boa quanto pode parecer; ao se produzir uma versão deste tipo (partindo do princípio da

equivalência dinâmica), os tradutores buscam substituir conteúdos que são ininteligíveis no texto grego e hebraico, e atualizar algumas expressões; lidando assim com o texto, os tradutores ficam mais livres para transformar o texto, impondo nele suas próprias leituras, e por vezes, suas afirmações dogmáticas. Daí, frases que parecem erradas são transformadas em outras, e pontos que possivelmente refletem religiosidades politeístas são cristianizados.

Como vemos, não temos mesmo uma versão ideal de Bíblia, e nem poderemos ter. Continuarão surgindo novas traduções, com as quais, o estudioso deve lidar conjuntamente. Logicamente, é sempre preferível analisar as narrativas bíblicas a partir dos idiomas originais, o que ao menos eliminam uma parte do problema. Enfim, temos novos motivos para evitar leituras dogmáticas, incentivos para procurar ler a Bíblia criticamente; está indicado aqui um caminho para aqueles que desejam utilizar a Bíblia como de partida para o discurso teológico.

A(s) Teologia(s) Bíblica(s)

Pretendo encerrar esta introdução à teologia e à literatura bíblica neste item, fazendo aqui considerações finais que na verdade oferecem os pressupostos dos quais, sugerimos, o processo de reflexão teológica pode partir. Trata-se de um novo modo de fazer teologia bíblica, uma teologia não dogmática, mas que se aproveita das virtudes dessa literatura religiosa e tão rica.

A religiosidade é um fenômeno que sempre nos acompanhou; é uma expressão cultural própria do ser humano, presente em todas as culturas desde os tempos mais remotos. Hoje, para pessoas como nós, acostumadas à vida urbana letrada e informatizada, pensar em religião de forma tão abrangente pode não ser tarefa tão simples. Muitas vezes nos mantemos presos às nossas formas religiosas, quase sempre cristãs e institucionalizadas. Ao falar de religião, pensamos em igrejas, em missas e cultos, em templos, em padres e pastores, e também em “livros sagrados”. Mas se a religião é, como já apontamos, um fenômeno cultural tão antigo, é óbvio que a religião nem sempre estivera presa a tais hábitos padrões. A religiosidade antiga era iletrada, oral, e seus ritos nem sempre eram institucionalizados, dependentes de hierarquias sacerdotais e templos. A religião antiga, de épocas em que os homens conheciam

principalmente o sistema tribal e a economia agrícola, podia se desenvolver de maneira independente dentro dos clãs. Eram os patriarcas, os homens mais velhos, seus sacerdotes, era a casa o seu lugar sagrado, o cotidiano era seu momento, a tradição oral seu modo de divulgação e preservação.

Diante disso, o presente trabalho pode parecer contraditório. Queremos propor uma teologia abrangente, que não se limita às opções religiosas de determinada confissão, mas que assimila a diversidade, que compreende modos diversos de refletir sobre a fé e fazer teologia. Esta teologia bíblica não será, portanto, teologia católica, protestante, cristã ou judaica; partirá do fenômeno religioso em sua pluralidade, e não da especificidade do cristianismo e da sua Bíblia. Para tanta abrangência, a Bíblia parece ser um objeto de estudo inadequado, insuficiente, mas isso é um equívoco. A tradição cristã deu origem a uma ideia no mínimo limitada sobre a literatura bíblica; o senso comum pensa que ler a Bíblia é o mesmo que ouvir sermões evangelísticos dentro de um ambiente cristão, o que nossa teologia aberta pode ajudar a corrigir.

Como vimos nos itens anteriores sobre a formação dos textos bíblicos, dentro da história das religiões a Bíblia se insere num longo processo de transição da religiosidade judaica, que parte daquelas antigas formas de religiosidade tribal, das quais falamos brevemente, até aquelas formas mais próximas ao mundo urbano, letrado, elitizado, institucionalizado. Como patrimônio cultural da humanidade, a Bíblia não pode ser limitada à tradição judaico-cristã que hoje oferece suas leituras ortodoxas dos textos como se fossem as únicas, e assim condiciona nossa interpretação. Nosso interesse está exatamente em demonstrar quão plural pode ser a Bíblia como expressão da religiosidade humana. Para isso, sem muita procura podemos selecionar textos que nos permitam discutir temas como mitologia, misticismo e escatologia, e descobrir modelos religiosos baseados na prática sacrificial, na sabedoria, no ascetismo, na participação comunitária...

Para leigos e iniciantes nessas leituras, esta pode ser uma proposta instigante; descobrir que estes textos literários não são necessariamente cristãos pode ser uma grande descoberta, e o início de um longo processo de leitura instrutiva e prazerosa. Por outro lado, leitores que se consideram iniciados, ou que foram acostumados a ler os textos bíblicos a partir das leituras ortodoxas, podem se surpreender e até resistir momentaneamente ao nosso projeto. Convidamos todos a participar desse projeto de

pesquisa e reflexão sem preconceitos, entendendo que nosso objetivo não é lutar contra as tradições cristãs, e sim, espalhar o conhecimento bíblico a todo tipo de leitor.

Referências Bibliográficas

ALTER, Robert. *A Arte da Narrativa Bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ALTER, Robert; KERMODE, Frank (orgs.). *Guia Literário da Bíblia*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: Modos de Organização*. São Paulo: Contexto, 2010.

FRYE, Northrop. *O Código dos Códigos: A Bíblia e a Literatura*. São Paulo: Boitempo, 2004.

GABEL, John B.; WHEELER, Charles B. *A Bíblia como Literatura*. São Paulo: Loyola, 2003.

GARCÍA-JALÓN, Santiago. *Lingüística y Exégesis Bíblica*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2011.

LIMA, Anderson de Oliveira. Mitologia, História e Exegese: Atualizando Conceitos para uma Nova Leitura de Textos Antigos. In. *Theologando*, ano V, n. 5. São Paulo: Fonte Editorial, 2011, p. 45-58.

LIMA, Anderson de Oliveira. *Introdução à Exegese: Um Guia Contemporâneo para a Interpretação de Textos Bíblicos*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

MARGUERAT, Daniel; BOURQUIN, Yvan. *Para Ler as Narrativas Bíblicas: Iniciação à Análise Narrativa*. São Paulo: Loyola, 2009.

PAROSCHI, Wilson. *Crítica Textual do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

PASSOS, João Décio. *Teologia e Outros Saberes: Introdução ao Pensamento Teológico*. São Paulo: Paulinas, 2011.

PIGNATARI, Décio. *Semiótica & Literatura*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento: Manual de Metodologia*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 1998.

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares; LEONEL, João. *Bíblia, Literatura e Linguagem*. São Paulo: Paulus, 2011.